

IDENTIDADES ÉTNICAS E GOVERNAÇÃO MUNICIPAL: ALGUMAS NOTAS PARA REFLEXÃO A PARTIR DO CASO DA BEIRA

Lúcio Posse

INTRODUÇÃO

Desde o início do processo da implementação das reformas de descentralização em Moçambique, há mais de 20 anos, muitos documentos (como, por exemplo, relatórios de trabalho e de pesquisa, artigos em revistas científicas especializadas, livros e/ou capítulos de livros, dissertações e teses, entre outros) foram produzidos e publicados. Do manancial de publicações, pode-se destacar, por exemplo, a produção do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), com diferentes perspectivas e abordagens teórico-metodológicas, visando a análise e compreensão das dinâmicas do processo da descentralização.¹

Com base nessa produção constata-se que, à semelhança de outros países africanos, a reforma da descentralização emerge em Moçambique como uma estratégia para melhorar a provisão dos serviços públicos, garantir e/ou reforçar o envolvimento do cidadão nos processos de governação bem como para controlar ou extinguir os conflitos. Constata-se, igualmente, que algumas questões, como, por exemplo, as étnicas, não têm sido objecto central de pesquisa, apesar de haver alguma referência num ou noutro texto, como, por exemplo, em Forquilha (2017b) «Descentralização e conflito em Moçambique: o desafio da construção do Estado» e (2017a) «Porquê Moçambique precisa da descentralização? Alguns subsídios para o debate» e Campos (2015) «O lugar social e político da diversidade étnica nos processos de descentralização política em Moçambique».²

É neste âmbito que o presente texto parte de entrevistas sobre a experiência de vida de municípios da Beira para reflectir acerca das suas percepções sobre a relação entre as identidades étnicas e a governação municipal, tendo em conta as dinâmicas de acesso ao emprego no

¹ Foi com a aprovação da Primeira Constituição Democrática e Multipartidária em Moçambique, em 1990, que se institucionalizaram as reformas de descentralização (devolução e desconcentração). Mas, somente em 2012 é que o Governo aprovou, através da resolução número 40/2012, de 20 de Dezembro, a sua primeira Política e Estratégia de Descentralização (PED). O IESE é uma instituição moçambicana de pesquisa, fundada em 2007. Para mais detalhes sobre as publicações do IESE, em particular sobre a descentralização, consulte-se o *website*: <http://www.iese.ac.mz/>.

² Para mais detalhes sobre a descentralização em Moçambique, *vide*, além das publicações do IESE disponíveis no seu *website*, West & Kloock-Jenson, 1999; Saide & Stewart, 2001; Macamo & Neubert, 2004; Buur & Kyed, 2006; Linder, 2010; Nguiraze & Aires, 2011; Machohe, 2011; Maschietto, 2016, entre outros.

município. É importante enfatizar o termo «percepções» para esta análise, por «não se tratar de decidir o que é “objectivamente” mais importante, mas como os [entrevistados] percebem a realidade (e pautam suas acções a partir daí)» (Miguel, 2000: 101).

Daí ser importante destacar que o presente texto não considera a identidade étnica *per se*, capaz de influenciar quaisquer processos e dinâmicas políticas, sociais e/ou económicas, incluindo a construção do Estado em Moçambique. Antes, assume que a sua influência resulta da apropriação e instrumentalização de que é objecto por parte de diferentes grupos, principalmente da elite política, para alcançar os seus interesses, incluindo a forma como a mesma concebe e operacionaliza a sua ideia de Estado (e nação).³

É importante referir também que este texto não resulta de um projecto de pesquisa específico, com o propósito de analisar a relação entre as questões étnicas e os processos e dinâmicas de descentralização em Moçambique. É produto da recolha feita com base em entrevistas, discussões em grupos focais, conversas informais e observação – durante a recolha de informação no âmbito do projecto de pesquisa *Barómetro da Governação Municipal*,⁴ no município da Beira. Este processo de recolha de informação teve as suas limitações. Primeiro, o medo que as pessoas demonstraram de falar sobre as suas identidades étnicas, mas sobretudo da sua relação com o Estado em Moçambique, de forma geral, e, com a governação municipal, em particular. Segundo, a recolha de informação, também, foi afectada pela falta de recursos financeiros para prolongar a permanência no terreno, e, com isso, reduzir a influência do aspecto anterior, ao possibilitar a conquista de confiança dos entrevistados para abordar as questões com mais liberdade e profundidade.⁵

O texto, além da introdução e das considerações finais, é constituído por outras três partes. Na primeira parte, procura-se reflectir sobre a relação entre as questões étnicas (ou étnico- -regionais) e a construção do Estado em Moçambique, desde o período da luta de libertação nacional. Na segunda parte, dedica-se atenção à influência das identidades étnicas

³ Para mais detalhes sobre as abordagens teóricas à volta do essencialismo ou não das identidades (incluindo a étnica) nos processos políticos e sociais, incluindo a construção da nação, consultem-se, entre outros, Mitu, 2005; a colectânea de artigos coordenados por Ichijo & Uzelac, 2005 e Conversi, 2006 & 2012.

⁴ O objectivo principal deste projecto de pesquisa é produzir dados de base sobre a percepção dos munícipes em relação ao desempenho da governação municipal. Este projecto existe desde 2017, sendo 2019 o seu terceiro ano. Em 2017 a pesquisa foi feita em oito municípios: Beira, Manjacaze, Lichinga, Pemba, Quelimane, Nampula, Ilha de Moçambique e Tete. Em 2018, em outros sete municípios, nomeadamente, Xai-Xai, Gurué, Inhambane, Moatize, Chimoio, Nacala e Dondo. E para este ano, o IESE prevê trabalhar em outros 10 municípios, nomeadamente, Maxixe, Quissico, Vilanculos, Massinga, Boane, Metangula, Manica, Ribaué, Catandica, Gondola. E já estão disponíveis dois relatórios da pesquisa, Forquilha *et al.* (2018 e 2019), no *website* do IESE: <http://www.iese.ac.mz>.

⁵ O medo que as pessoas têm de falar abertamente sobre as suas identidades étnicas, mas principalmente sobre a sua relação com o Estado, pode ser reflexo da sua construção, sobretudo durante os primeiros anos da independência. O Estado procurou construir uma identidade nacional – reflectida na ideia de *homem novo* – em rejeição das manifestações das identidades étnicas. Este processo de rejeição está muito bem ilustrado na célebre frase do Primeiro Presidente de Moçambique Independente, Samora Machel: «para que nasça uma nação, deve-se matar a tribo.» E o mesmo consistiu no uso da violência física e simbólica (através da atribuição de rótulos desdenhosos, como, *xiconhoca*, ou ainda «inimigo interno») sobre os indivíduos que resistiram ao projecto de construção do *homem novo*.

na configuração dos espaços sociais e políticos na cidade da Beira. E, na última parte, a reflexão é feita em torno da experiência de vida dos munícipes entrevistados, no sentido de ilustrar como as suas percepções sobre as identidades étnicas determinam a forma como os mesmos vêem a governação municipal da Beira, especificamente no acesso ao emprego.

ETNIA E ESTADO EM MOÇAMBIQUE

As questões étnicas têm-se mostrado, ao longo da história de África – bem como em outros contextos, como, por exemplo o europeu –, determinantes para a forma como os Estados têm sido construídos.⁶ Em Moçambique, é possível constatar que as questões étnicas têm influenciado as dinâmicas da construção do Estado desde o período da luta de libertação nacional. Isto se tivermos em atenção as clivagens de índole étnica entre as elites do movimento de libertação no contexto da luta e que acabaram por culminar na saída e/ou expulsão de algumas figuras do movimento, como foi o caso, por exemplo, de Lázaro Kavandame, Padre Gwejere e Urias Simango, entre outros. Por outro lado, durante a luta de libertação nacional, os indivíduos que tinham as regiões Centro e Norte de Moçambique como terras de origem sentiam-se excluídos das posições de liderança no movimento, em resultado da discriminação étnica praticada por indivíduos originários da região Sul, designados, genericamente, por *machanganas*.⁷

É neste âmbito que, também, se pode perceber o posicionamento da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) após a proclamação da independência, ao procurar, sob o ideário de «unidade nacional», construir um Estado que rejeitava – o que nas palavras de Samora Machel significava «matar a tribo» – a existência de identidades étnicas por considerar as suas manifestações (neste caso as práticas culturais, por exemplo) uma ameaça ao Estado moçambicano em construção, assente na ideia do *Homem Novo*.⁸

Não obstante a intervenção do Estado no sentido de combater o que se designava por práticas e discursos «tribalistas», narrativas de manifestação da discriminação étnica em prejuízo dos indivíduos originários das regiões Centro e Norte de Moçambique continuaram a permear a

⁶ Para mais detalhes sobre os diferentes contextos, consultem-se, entre outros: Young, 1986; Heywood, 1989; Laakso & Olukoshi, 1996; Berman, 1998; Welsh, 1996; Oberschall, 2000; Falola, 2001; Mbembe, 2002; Alubo, 2004; Adejumbi, 2005.

⁷ *Machanganas* é uma designação, genérica, para referir os indivíduos que têm na zona Sul (as províncias de Inhambane, Gaza e Maputo) a sua terra de origem e, sobretudo para distingui-los dos indivíduos originários das regiões Centro e Norte de Moçambique. Este aspecto pode ser verificado, por exemplo, a partir da pesquisa de Mabongo (2015) sobre a relação entre os vendedores no mercado de Estrela na cidade de Maputo. De acordo com Mabongo, existe uma clara consciência entre os indivíduos de Sul e os do Centro e Norte de Moçambique em relação à designação. Além disso, a mesma desempenha uma influência na estruturação – e sobretudo na estratificação social e cultural – das relações entre os vendedores, no sentido em que os primeiros se consideram superiores quando comparados com os segundos. Sobre a relação entre as identidades étnicas e a construção do Estado em Moçambique, com destaque para o período da luta de libertação nacional, consultem-se, entre outros: Alpers, 1974; Opello Jr., 1975; Brito, 1991; Ncomo, 2003; Chichava, 2008; Macagno, 2009; Florêncio, 2002 & 2008; Menezes Paredes, 2014; Farré, 2015; Posse, 2015; Marcum, 2017, entre outros.

⁸ Para mais detalhes, consultem-se Alpers, 1974; Opello Jr., 1975; Brito, 1991; Ncomo, 2003; Chichava, 2008; Macagno, 2009; Florêncio, 2002 & 2008; Menezes Paredes, 2014; Farré, 2015; Posse, 2015; Marcum, 2017, entre outros.

ideia de que o Estado em Moçambique é controlado pelos *machanganas*. Esta situação pode ter contribuído para que se associasse a emergência, mas sobretudo, a agenda da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) à resposta combativa ao suposto tribalismo dos *machanganas*.⁹ As questões étnicas, à mistura com as «raciais»,¹⁰ continuaram a mostrar-se centrais no processo de construção do Estado, como ilustra a carta dos antigos combatentes, escrita em Outubro de 1986, na qual manifestaram o seu posicionamento em relação à característica do Governo que se deveria formar na sequência da morte de Samora Machel, a 19 de Outubro de 1986. Para os antigos combatentes, esse Governo deveria ser constituído por «moçambicanos originários» respeitando as características étnicas e regionais do País, de forma representativa. E concomitantemente rejeitavam a inclusão – nesse Governo que se pretendia constituir – de indivíduos brancos e ou indianos designados por «moçambicanos não-originais».¹¹ Esta reivindicação dos antigos combatentes assemelha-se à exigência feita pelos partidos políticos da oposição, com destaque para a Renamo e o Partido Democrático de Moçambique (PADEMO), no início da década de 1990. Como refere Chichava (2008), estes partidos exigiam que o Governo da Frelimo incluísse indivíduos pertencentes a outros grupos étnicos – que tinham a região Centro e Norte de Moçambique como terras de origem – que se consideravam excluídos das instituições do Estado em benefício dos *machanganas*. Foi o que aconteceu após a realização das primeiras eleições multipartidárias de 1994 – das quais Joaquim Chissano e o seu partido, Frelimo, saíram vitoriosos – através da nomeação dos governadores para as províncias numa base étnico-regional.

Outro fenómeno que revela a influência das questões étnico-regionais na construção do Estado em Moçambique foi a emergência – no período imediatamente a seguir à aprovação da Primeira Constituição Democrática e Multipartidária em 1990 – de diferentes associações que tinham na identidade étnica e regional a sua referência, como foi o caso da SOTEMAZA (cujo acrónimo representa as províncias de Sofala, Tete, Manica e Zambézia), do Movimento Cívico de Solidariedade e Apoio à Zambézia (MOCIZA), da Associação para o Desenvolvimento de Nampula (ASSANA) e da Associação dos Nativos e Amigos de Maputo (Ngiyana ou Nygana). Importa referir que estas associações foram formadas por membros do partido Frelimo, que mais tarde vieram a ocupar altas posições tanto no partido como no Estado, como é o caso de Armando Guebuza, que foi membro da associação Nygana, e que se tornou Presidente do partido e de Moçambique (2004-2009 e 2010-2014) (Lundin, 1995 e Chichava, 2008: 9-11). Tanto as reivindicações dos antigos combatentes como as dos partidos políticos da oposição,

⁹ Para mais detalhes sobre as narrativas que procuram associar a guerra civil às questões étnicas, ou seja, considerar que esta guerra tem, até certo ponto, na sua génese reivindicações de cariz étnico-regional, consultem-se, por exemplo, Cahen, 1996 e Florêncio, 2002.

¹⁰ Em relação às questões «raciais», consulte-se, entre outros, Thomaz, 2006.

¹¹ Esta carta foi dirigida especificamente a Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Alberto Chipande e Mariano Matsinha. Consulte-se Antigos Combatentes (1986).

por um lado, e a emergência de associações com um perfil étnico-regional, maioritariamente constituídas por membros do partido Frelimo, por outro, mostram que existe entre os moçambicanos, em particular no seio da elite política, a consciência da importância que as identidades étnicas e regionais podem desempenhar no funcionamento do campo político, e, conseqüentemente, na construção do Estado em Moçambique. Esta situação cria possibilidades para as elites, sobretudo a política, se apropriarem das identidades étnicas dos moçambicanos e as instrumentalizarem para operacionalização das suas agendas políticas.¹²

Em relação à instrumentalização da identidade étnica e regional para fins políticos, o processo de candidatura de Armando Guebuza – tanto para o cargo de secretário-geral da Frelimo como para as presidenciais de 2004 – parece-nos um exemplo recente e elucidativo. Armando Guebuza, durante a sua campanha para as primeiras eleições em 2004, «rejeitou» a sua origem Ronga ao assumir-se como Macua (uma vez que nasceu e viveu alguns anos de infância em Nampula) como parte da tentativa de conquistar o eleitorado de Centro e Norte do País. Com isso, Guebuza procurava romper com a narrativa – que permeia tanto a história da formação da Frelimo como também da construção do Estado em Moçambique – de que só os *machanganas* é que podiam ou eram os únicos a aceder às funções de Presidente da República.¹³

Na mesma linha, as dinâmicas à volta da escolha de Filipe Jacinto Nyusi para candidato da Frelimo para as eleições de 2014 mostram a relevância da dimensão étnico-regional no seio do partido. Por outras palavras, parece que emergiu no seio do partido a «exigência» de que o próximo candidato do partido – em substituição a Armando Guebuza – não deveria ter no Sul a sua pertença, ou seja, não deveria ser *machanganana*. E um dos aspectos que pode contribuir para a verificação desta narrativa é o facto de a lista ter sido constituída, somente, por indivíduos originários do Centro e Norte de Moçambique.¹⁴

¹² Sobre este aspecto de cooptação e instrumentalização das identidades étnicas para responder às agendas das elites políticas, Cahen (1996: 35) refere-se nos seguintes termos: «as dificuldades económicas decorrentes do programa de reajustamento estrutural [implementadas em Moçambique] podem compelir as formações políticas desprovidas de recursos a procurar nas características sócio-regionais ou étnicas dos respectivos espaços de influência a solução para os seus problemas.» A instrumentalização das identidades étnicas mostrou-se central no processo de construção do Estado em diferentes contextos e épocas no continente africano. Por um lado, foi responsável pela mobilização, sob liderança da elite política, dos grupos étnicos (e/ou religiosos) que reclamavam um determinado território onde pretendiam edificar a sua nação. Mas, por outro, foi determinante, no período após a proclamação das independências, para eclosão de conflitos em disputa para o acesso e controlo do poder do Estado bem como dos seus recursos. Para mais detalhes, consultem-se, entre outros, Mafeje, 1971; Young, 1986; Laakso & Olukoshi, 1996; Welsh, 1996; Falola, 2001; Adejumbi, 2005.

¹³ Ver, por exemplo, Chichava (2008: 14-15). Talvez importe referir que o processo de candidatura de Armando Guebuza dependeu de outras dinâmicas – além das questões étnicas e regionais –, como, por exemplo, da instrumentalização da figura dos heróis nacionais, sobretudo os da luta de libertação nacional, com destaque para Samora Machel. Esta instrumentalização consistiu, entre outros aspectos, na exaltação destas figuras e na respectiva associação ao candidato, como se este se tratasse do herdeiro dos ideais dos heróis (Posse, 2015: 71-89).

¹⁴ A influência das questões étnicas no funcionamento do partido Frelimo pode também ser ilustrada pelos pronunciamentos de alguns quadros seniores do partido, como, por exemplo, Graça Machel e Armando Guebuza. Ambos consideram que o tribalismo é uma característica cada vez mais presente no partido, o que se torna muito evidente nos períodos das eleições internas (Agência LUSA, 2006; Canal de Moçambique, 2018; Carta, 2019). Eis a lista dos candidatos para a substituição de Guebuza: José Pacheco (Ndaú), Alberto Vaquina (Macua), Filipe Nyusi (Maconde), Luísa Diogo (Nyungue) e Aires Aly (Yao). Para mais detalhes sobre as narrativas que procuram explicar ou entender os processos à volta de eleição de Nyusi no contexto de disputas étnicas e regionais, consultem-se, entre outros, Guilherme, 2014; Issufo, 2015. Talvez referir que parece que Luísa Diogo também aparece como reposta às questões de género, no sentido de incluir as mulheres nos espaços de poder.

ESPAÇOS POLÍTICOS, SOCIAIS E IDENTIDADES ÉTNICAS: QUE RELAÇÕES?

ALGUMAS NOTAS A PARTIR DO CASO DA CIDADE DA BEIRA

Dinâmicas étnicas semelhantes às descritas anteriormente também se observam no contexto específico da cidade da Beira. Elas manifestam-se, por um lado, pelas clivagens entre os grupos étnicos Ndaue Sena e, por outro, entre os *beirenses* – designação genérica para referir os Ndaue Sena enquanto colectivo homogéneo e legítimo reivindicador da originalidade do território que é hoje a cidade da Beira – e os outros grupos (Macaringue, 2000: 137-152; Brito *et al.*, 2003: 84-87). As narrativas sobre as clivagens entre os Ndaue Sena são resultado, por um lado, das disputas reivindicativas de ambos os grupos étnicos em relação à pertença à cidade da Beira enquanto seu território originário. Por outro lado, são parte das disputas pelo acesso e controlo do poder e dos recursos na cidade da Beira. Sobre este segundo aspecto, um exemplo, de alguma forma, elucidativo verificou-se aquando da decisão do Arcebispo Dom Jaime Gonçalves – pertencente ao grupo étnico Ndaue – de ordenar que as Missas nas paróquias da cidade da Beira passassem a ser celebradas exclusivamente na língua Ndaue. Esta decisão fez irromper uma onda de protestos junto dos indivíduos do grupo étnico Sena, contra a decisão, por considerarem que se tratava de um acto de discriminação do seu grupo étnico nos espaços da igreja católica na cidade da Beira. Esta situação levou à interrupção das missas em algumas paróquias, com destaque para a localizada no bairro da Munhava, por algum tempo (Macaringue, 2000; Autor desconhecido, 1992; InformÁfrica, 1992).

Na senda destes protestos, de acordo com Macaringue (2000: 142-146), emergiram simultaneamente, pelo menos, três narrativas. A primeira considera que não foi a decisão de Dom Jaime, *per se*, a responsável pelas clivagens entre os Ndaue e os Sena, mas sim a interferência da Frelimo (enquanto partido dos *machanganas*) na relação entre os dois grupos, instrumentalizando a situação com o objectivo de dividir os *beirenses* e, com isso, tirar vantagem – através da fragilização da Renamo ao agitar as suas bases sociais – nas eleições gerais de 1994. Por sua vez, a segunda narrativa, que, ao contrário da primeira, não responsabiliza um actor externo pelas clivagens, mostra tratar-se de uma luta entre os Ndaue e os Sena pelo controlo do poder e outros recursos, como se pode observar na afirmação do antigo governador da província de Sofala, Francisco Masquil (do grupo étnico Ndaue), ao ser questionado por Macaringue sobre o seu silêncio em relação ao protesto dos Sena contra a decisão de Dom Jaime,

Questionado sobre o facto de algumas pessoas o condenarem pelo facto de se ter mantido calado durante o conflito Sena-Ndaue, o ex-governador disse-nos que enquanto foi governador se tinha esforçado por promover os maSena. E perguntou: «Então o que eles queriam, queriam tudo?» (Macaringue, 2000: 143; sublinhado nosso).

A terceira narrativa procura mostrar a existência do voto étnico por vingança. Ou seja, em resultado do sentimento de exclusão, os indivíduos do grupo étnico Sena decidiram votar na Frelimo em detrimento da Renamo por considerarem que a Renamo é um partido dos Ndaus, uma vez que tinha como líder Afonso Dhlakama, que pertencia ao grupo étnico Ndaus e tinha o apoio de Dom Jaime e Francisco Masquil, ambos, também, do grupo étnico Ndaus. Como afirmou um dos entrevistados por Macaringue (2000: 143), «foi a partir daí [decisão de Dom Jaime] que os maSena passaram a votar na Frelimo e os maNdaus na Renamo. [E, segundo afirma Macaringue,] a derrota nas eleições de 1994 significou, de acordo com um vendedor do Goto, a derrota dos maNdaus».¹⁵

No que se refere à relação entre os *beirenses* e outros grupos, com destaque para os *machanganas*, observa-se a percepção de que os *machanganas*, além de preguiçosos, são os responsáveis pela pobreza dos *beirenses*, por meio da exclusão assente na questão étnica no acesso e controlo do poder e dos recursos do Estado (Macaringue, 2000: 149-151; Brito *et al.*, 2003: 85-87).¹⁶

IDENTIDADE ÉTNICA E O ACESSO AO EMPREGO: NOTAS A PARTIR DA PERCEÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BEIRA

As questões étnicas no processo de construção do Estado também se verificam dentro das dinâmicas de descentralização. Ou seja, por um lado, as reformas de descentralização aparecem como uma solução para os conflitos étnicos, uma vez que permitem a inclusão de grupos étnicos outrora excluídos do poder e do acesso aos recursos do Estado (Lublin, 2012; Brancati, 2006); mas, por outro, as reformas de descentralização têm contribuído para eclosão dos conflitos étnicos, na medida em que os grupos étnicos no controlo do poder do Estado, sobretudo em contextos de descentralização política, têm privilegiado os seus membros em detrimento de outros grupos étnicos no acesso ao poder e aos recursos. Esta situação leva à eclosão de conflitos étnicos decorrentes das tentativas de reivindicar a sua inclusão ou acesso (Brancati, 2006; Miodownik & Cartrite, 2010).

Mas é preciso ter atenção que, em ambas as situações, se verifica a cooptação e instrumentalização das identidades étnicas por parte das elites políticas, para reivindicar tanto o acesso ao poder como aos recursos do Estado (Brancati, 2006; Miodownik & Cartrite, 2010; Lublin, 2012).

¹⁵ Esta dimensão do voto étnico também é referida por Brito *et al.* (2003: 87) na alusão às clivagens entre os Ndaus e Sena. Isto é, com a entrada de Raúl Domingos (do grupo étnico Sena) como candidato às eleições presidenciais de 2004, os votos na Beira podem ter ficado divididos entre os dois grupos étnicos. Esta situação pode ter favorecido o grupo étnico Sena por ser, na altura do estudo de Luís de Brito, a maioria, com 47 %, em comparação com os 34 % dos Ndaus.

¹⁶ Mas talvez seja importante referir que, de acordo com Brito *et al.* (2003: 78-84), este sentimento de exclusão no acesso e controlo do poder bem como dos recursos também se observa nas narrativas dos indivíduos originários das províncias de Nampula e da Zambézia. Isto é, existe a percepção de que os indivíduos do Sul detêm o controlo do Estado em Moçambique, e por conta disto, tanto o acesso como o controlo do poder e dos recursos do Estado têm tido uma base étnica e regional, acabando por excluir os outros grupos originários das zonas Centro e Norte de Moçambique.

Um outro aspecto importante a mencionar é a influência do contexto, isto é, por exemplo, de acordo com Lublin (2012), a existência de diversidade étnica não é, *per se*, a causa das reformas de descentralização e, para que seja, é preciso que os conflitos étnicos sejam preexistentes às reformas. Isto significa que as reformas de descentralização nem sempre são uma resposta às clivagens étnicas, na medida em que, às vezes são, somente, reformas com o intuito de melhorar a gestão do Estado, incluindo a conservação da integridade do território. Por sua vez, Brancati (2006) considera que a descentralização contribui para a redução de conflitos étnicos, uma vez que permite, precisamente, uma maior inclusão. Porém, defende uma maior intervenção do Estado no controlo dos partidos regionais, por serem um dos principais promotores dos conflitos étnicos nos processos de governação, ao privilegiarem os seus grupos étnicos em detrimento de outros grupos étnicos. E é este último aspecto, ou seja, a exclusão, que Miodownik & Cartrite (2010) consideram ser um dos principais *leitmotiv* para a emergência dos conflitos étnicos que resultam da reivindicação de reformas de descentralização como forma de tentar garantir a inclusão de grupos étnicos outrora excluídos do poder e do acesso aos recursos do Estado.

À semelhança do que acontece noutros contextos, como, por exemplo, o europeu, o africano, o latino-americano, entre outros (Brancati, 2006), as questões étnicas (ou étnico-regionais) podem estar a influenciar os processos e as dinâmicas de descentralização em Moçambique, como refere Forquilha, ao questionar o modelo de descentralização adoptado pelo Estado, nos seguintes termos:

Embora as reformas de descentralização em curso no país tenham sido desenhadas com vista ao aprofundamento da democracia e o melhoramento da provisão de serviços públicos, elas dificilmente permitem lidar com as clivagens étnico-regionais e a integração das diferenças no processo da construção do Estado (Forquilha, 2017b: 2; sublinhado nosso).

As dificuldades – ou discriminações étnicas – no acesso aos serviços públicos no contexto da descentralização a que Forquilha alude, foram descritas, por exemplo, por Kilonzo, Eunice & Kitche (2017: 97) no caso do acesso aos serviços de saúde materno-infantil no Quênia. Para os autores, existe a percepção, entre as mulheres da região de Uasin Gishu, de que os processos de devolução nesta região têm contribuído para o aumento da discriminação étnica no acesso aos serviços de saúde materno-infantil, na medida em que as mulheres pertencentes aos grupos étnicos minoritários consideram enfrentar dificuldades em comparação com os grupos majoritários.

Algo semelhante também tem sido observado no acesso ao emprego, na medida em que uns grupos étnicos se consideram preteridos por outros que detêm o controlo do poder do Estado ou que controlam sectores produtivos da sociedade. E estes sentimentos tendem, em certos

momentos, a evoluir para situações de conflito, e conseqüentemente têm influenciado os processos e as dinâmicas de construção do Estado, de forma geral, e da descentralização, de forma específica. Em relação à construção do Estado, estes sentimentos de discriminação, inclusive no acesso ao emprego, por exemplo, no caso do Ruanda, contribuíram para o aumento das tensões étnicas entre os Hutus e Tsutsi, que acabaram por culminar no genocídio dos Tsutsi perpetrado pelos Hutus.¹⁷

No que se refere à relação entre as identidades étnicas, o acesso ao emprego e as dinâmicas da municipalização, entrevistas efectuadas no âmbito do projecto de pesquisa *Barómetro da Governação Municipal* no município da Beira sugerem que as identidades étnicas influenciam as dinâmicas de acesso ao emprego, particularmente a nível municipal.¹⁸

Na percepção dos entrevistados, o acesso aos cargos de chefia e contratações no município obedecem a critérios de natureza étnica, tal como sugere o extracto da entrevista abaixo:

*Lamento muito, bastante, é que no momento da campanha, nos aglomeramos lá no município em campanha, mas quando chega certos momentos não são pessoas que trabalharam que vão ser empregadas. Eles criam mecanismos de abrir um concurso de vaga, mas já tem pessoas para serem colocadas. Nós concorremos, mas o nome não sai. Você vai ver pessoas que não concorreram, mas o nome saiu. Agora, vocês que concorreram e nome não saiu, por mim o município está a trabalhar mal, muito mal mesmo.*¹⁹

*Trabalho do município tem a ver com raças, tem a ver, muito, com maNdau. Tem a ver com a exclusão de maSenas ou de outras línguas. Podem-te admitir numa empresa do município, mas são pessoas que nem concorreram, e quem ganha vaga são os maNdau, tenho cheio de amigos que são maNdau, mas todos estão enquadrados.*²⁰

Este sentimento de discriminação/exclusão – com base étnica – no acesso ao emprego no município da Beira também é manifestado por outros entrevistados:

Temos, também, mais ou menos informações de muitos jovens que dizem são, praticamente, os jovens de Machanga [um dos distritos de Sofala, e de onde provêm parte dos Ndau, e por coincidência terra natal do presidente do município], a maior parte são pessoas Ndau, e de Machanga no

¹⁷ Ver, por exemplo, Adejumobi, 2005.

¹⁸ O desemprego, constitui, de acordo com Forquilha *et al.* (2018 & 2019), um dos principais problemas para os jovens inquiridos no âmbito do Projecto de Pesquisa *Barómetro da Governação Municipal*, e por conta disto, consideram ser um dos sectores que precisa de intervenção imediata do Estado.

¹⁹ Interveniente 3. Discussão em grupo focal com jovens residentes no bairro da Munhava. Cidade da Beira, 7 de Novembro de 2017.

²⁰ Interveniente 4. Discussão em grupo focal com jovens residentes no bairro da Munhava. Cidade da Beira, 7 de Novembro de 2017.

*município [da Beira]. Então, esta questão também é uma das questões que tem prejudicado muitas pessoas que não fazem parte daquele grupo [Ndau de Machanga], até que não são só os de fora, os novos [candidatos]. Mesmo os internos, que já têm uma vaga no município, têm reclamado de que não conseguem mais ou menos progredir nas suas carreiras em função, em comparação de outros funcionários que são de Machanga.*²¹

*O grupo étnico que acaba tomando partido são os Ndau, não é. Se voltarmos para o contexto histórico sabemos que já existia uma facção de Ndau [que se assumiam como] os verdadeiros donos da cidade da Beira, não é. O certo é que por detrás desta questão notamos que há esta agonia por parte de um grupo de munícipes, mas é um grupo muito ínfimo de pessoas [do grupo étnico Ndau] que vão exaltando o pensamento de que chegou a nossa vez, temos que ser nós a governar.*²²

Este último excerto ilustra os debates – anteriormente referidos – sobre as narrativas que tendem a considerar que o poder do Estado, principalmente o cargo do Presidente da República e o acesso privilegiado aos recursos, foi historicamente controlado por indivíduos da região Sul de Moçambique (vulgo *machanganas*) excluindo os outros grupos étnicos do Centro e Norte. Esta discriminação étnica descrita pelos entrevistados parece mostrar uma prática quase institucionalizada no município da Beira, como se pode observar a partir da percepção de um dos entrevistados:

*Até fomos entrevistados em Ndau: «vens de onde? Ficas onde? Você é maNdau de onde?» Em língua Ndau. «Estamos a te perguntar: o que vens fazer aqui?» Eu vim aqui porque meu nome saiu, vim para estagiar. Eu fiquei em espanto. E eu sou mistura de Sena e manhembane [designação usada, de forma genérica, para referir os moçambicanos originários da província de Inhambane].*²³

E continua descrevendo em detalhe esta experiência em que foi obrigado a falar Ndau na entrevista de estágio:

Há racismo, que é Ndau, eu já vivi isso, eu já estive lá, uma coisa que eu vivi. Aí maSena conta-se, maquelimane conta-se, é uma coisa que eu vivi, fui para estagiar. Éramos oito pessoas que fomos escolhidos aqui com a secretária, fomos para lá, passaram cinco que falavam Ndau. O que me condenou é que eu não falo Ndau, Sena não falo, mas entendo. Manhembane falo e entendo. Lá nos dizem para falar Ndau. A secretária [do bairro da Munhava] nos disse, «tem que falar Ndau, um

²¹ Entrevista com o Presidente da Liga Juvenil da Renamo. Cidade da Beira, 10 de Novembro de 2017.

²² Entrevista com os membros da bancada do partido Frelimo na Assembleia Municipal da Beira. Cidade da Beira, 10 de Novembro de 2017.

²³ Interveniente 1. Discussão em grupo focal com jovens residentes no bairro da Munhava. Cidade da Beira, 07 de Novembro de 2017.

pouco». É preconceito para mim, uma coisa que não deve existir. Língua, é língua, eu não consigo falar maNdau. Quando dizer [o funcionário do município] «não é nosso, não é nosso, não é nosso, porque não fala Ndau». Eu reparei aquele senhor, um senhor de barriga grande, falar isso para mim, assim na secretaria, «não é nosso». Eu reparei o gajo, foi muito corajoso. Deus é grande! Daí «vamos te chamar», nunca me chamaram mais, daí ela [secretária do bairro] diz, «não te falei, tem que tentar falar maNdau», mas vou tentar como, daqui para aqui, é difícil, o que nós estamos a viver dia pós dia, ya, a realidade, nossa, é essa.²⁴

Algo semelhante também pode ser observado no depoimento de outros dois intervenientes da mesma discussão em grupo focal, ao afirmarem o seguinte:

Eu vivi isso, fui concorrer na polícia municipal e treinámos aí no campo municipal. Muita gente maNdau, maSena, depois nos chamaram até amanhã vão entrar. Estamos a ir lá e estamos a ver nome, nome, só estamos a ver maNdau só, maNdau só. Os nossos nomes não saíram. Fomos reprovados, reprovados, a maioria são maNdau que estão a entrar no conselho municipal.²⁵

Ya, a questão que acabou de falar o colega aqui, eu confirmo muito bem. Em qualquer instituição podes encontrar três maSena, três manhembanes e o resto são maNdau. Você faz todo esforço, aquela ginástica para ser visto bem, mas é maNdau. Por isso concordo, principalmente na cidade da Beira, é assim, maNdau está em linha. Nos recursos humanos conseguem notar: assim esse é maNdau, esse é maNdau. A entrevista é feita em [língua] maNdau, quando [o candidato] não é maNdau, devia-se tirar isso. Há coisas que não percebemos.²⁶

Outro aspecto a referir é a influência da identidade étnica nas progressões de carreira no município, como descreve um funcionário do município:

O problema lá dentro, isso tem que ser uma questão anónima [por ser funcionário do município]. Isso não tem muito a ver com etnia, mas acaba desembocando na etnia. Quero dizer que ele usa familiaridade, usa os da «minha terra», está a ver esses indicadores, «minha terra», a terra dele [...] Ele é de Machanga, consequentemente é um grupo étnico [...] portanto, esse é o critério-chave para você atingir lugares cimeiros, progredir, admissões [no município].²⁷

²⁴ Idem.

²⁵ Interveniente 2. Discussão em grupo focal com jovens residentes no bairro da Munhava. Cidade da Beira, 7 de Novembro de 2017.

²⁶ Interveniente 3. Discussão em grupo focal com jovens residentes no bairro da Munhava. Cidade da Beira, 7 de Novembro de 2017.

²⁷ Entrevista com um funcionário do município da Beira. Cidade da Beira, 11 de Novembro de 2017.

Importa salientar que o sentimento de exclusão assente na identidade étnica acima descrito encontra alguma justificação no facto de os funcionários que se encontravam em posições de chefia no município, neste caso vereadores e directores, no último mandato (2013-2018), serem maioritariamente do grupo étnico Ndau, particularmente do distrito de Machanga. Com efeito, constata-se que dos nove vereadores, seis eram do grupo étnico Ndau, sendo quatro de Machanga, um de Buzi e um de Chibabava. E os outros três vereadores pertenciam a outros grupos étnicos, sendo um Sena, um Nhungue e o outro de Manica (para este último não foi possível identificar a sua identidade étnica). Algo semelhante também se podia observar a nível dos directores. Dos nove directores, três eram do grupo étnico Ndau, em particular do distrito de Machanga. E em relação aos restantes directores, não foi possível apurar as suas identidades étnicas.²⁸

Esta dimensão étnica, também, é referida pela imprensa como tendo influência na gestão do partido Movimento Democrático de Moçambique (MDM), ao ponto de ter determinado a saída de alguns quadros seniores, como, por exemplo, Ismael Mussa (secretário-geral entre 2010 e 2011) e Muhamudo Amurane (Presidente do município de Nampula entre 2013 e 2017), sob alegação de estarem a ser vítimas da discriminação étnica, ou ainda por não concordarem com uma gestão assente na identidade étnica.²⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta reflexão não permite tirar conclusões. No entanto, permite mostrar que as identidades étnicas podem influenciar de forma estruturante as reformas de descentralização, em geral, e da devolução, em particular, como reflectimos para o caso do município da Beira, se tivermos em atenção o sentimento de exclusão étnica manifestado pelos munícipes no acesso ao emprego. Este sentimento pode estar a contribuir para o aumento da perda de confiança dos munícipes – que se sentem excluídos por conta da sua identidade étnica – em relação à governação municipal, o que pode fragilizar a relação entre os munícipes e o município, concorrendo para o retrocesso da descentralização, ou seja, da municipalização, por via da «governação participativa», um dos seus principais pilares, uma vez que os munícipes podem distanciar-se do governo municipal.³⁰

²⁸ Esta dificuldade em se apurar a identidade étnica deveu-se ao receio que os contactados demonstraram de falar. Depois de alguma insistência, as pessoas fecharam-se ainda mais e começaram a questionar o interesse dos investigadores em saber as identidades étnicas dos funcionários do município, em particular dos quadros seniores.

²⁹ Para mais detalhes, consultem-se Guente, 2011; Magarreiro, 2011; Machicane, 2011; Jornal Savana, 2018; Mosse, 2018 e Jornal Notícias, 2014.

³⁰ Não obstante os resultados do inquérito por questionário administrado no âmbito da pesquisa *Barómetro da Governação Municipal*, referentes à confiança dos munícipes, em particular no presidente do município, mostrarem que há mais munícipes que confiam no presidente, como indicam os resultados: «confia muito», 52 %, «não confia», 9,2 % e «confia pouco», 36,7 % (Forquilha *et al.*, 2018: 12), é preciso ter em atenção que a pergunta relativa à «confiança» não permite identificar e captar a dimensão étnica, limitando a avaliação à qualidade dos serviços e à legitimidade.

Mas também é importante considerar que este tipo de percepção pode estar a mostrar que os processos de contratação, nomeação e promoção no município da Beira não são transparentes – mesmo nos casos em que são divulgados os anúncios referentes às vagas.

O que talvez seja importante enfatizar – nesta reflexão – é o perigo que estas percepções podem representar para as reformas de descentralização no município da Beira e, quiçá em outros municípios. Isto se tivermos em atenção que são as percepções que determinam as acções dos indivíduos e, uma vez carregadas de frustrações, as mesmas podem dar corpo às agendas políticas de parte da elite política, que, por meio da cooptação e instrumentalização, pode reivindicar (incluindo com acções violentas), a partir das identidades étnicas, direitos em relação aos quais determinados grupos étnicos se consideram excluídos. E fenómenos semelhantes já se têm verificado em diferentes contextos e épocas ao longo da história.

Por fim, consideramos importante que as pesquisas sobre os processos e dinâmicas de construção do Estado em Moçambique, de forma geral, e da descentralização, de forma particular, tenham em atenção as questões étnicas (ou étnico-regionais) nas suas análises. Isto se observamos que as questões étnicas permeiam – no sentido em que são rejeitadas ou aceites no processo de construção da identidade nacional moçambicana – os discursos do «cidadão comum» bem como das elites, incluindo a política, na imaginação do Estado e da nação em Moçambique.

REFERÊNCIAS

- Adejumobi, S. (2005). «Identity, citizenship and conflict: The African experience». In: *The Crises of the State and Regionalism in West Africa: Identity, Citizenship and Conflict*. Dacar: CODESRIA, pp. 19-41.
- Agência LUSA (2006). «Graça Machel denuncia regionalismo e tribalismo». *RTP Notícias*. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/graca-machel-denuncia-regionalismo-e-tribalismo_n132599. (consultado a 11 de Novembro de 2019).
- Alpers, E.A. (1974). «Ethnicity, politics, and history in Mozambique». *Africa Today*, 21 (4), pp. 39-52.
- Alubo, O. (2004). «Citizenship and nation making in Nigeria: New challenges and contestations». *Identity, Culture and Politics*, 5 (1), pp. 135-161.
- Antigos Combatentes (1986) *Carta dos Antigos Combatentes aos Camaradas Membros do Bureau Político*.
- Autor desconhecido (1992). «Nos cultos da igreja católica: disputa de língua a utilizar pode gerar violência na Beira». In: *Agência de Informação de Moçambique*. Disponível em: http://mozambiquehistory.net/religion/church/90s/19920115_catholics_fight_over_ndau_and_sena_in_beira.pdf. Consultado a 15 de Janeiro de 2019.
- Berman, B.J. (1998). «Ethnicity, patronage and the african state: the politics of uncivil nationalism». *African Affairs*, 97 (388), pp. 305-341.
- Brancati, D. (2006). «Decentralization: Fueling the fire or dampening the flames of ethnic conflict and secessionism?» *International Organization*, 60 (3), pp. 651-685.
- Brito, L. de (1991). *Le Frelimo et la Construction de l'État National au Mozambique: le Sens de la Référence au Marxisme (1962-1983)*. Doutorado. Paris: Université de Paris VIII – Vincennes.
- Brito, L. de, Francisco, A., Pereira, J. & Rosário, D. (2003). *Moçambique: uma Avaliação do Potencial de Conflito*. Maputo: USAID.
- Buur, L. & Kyed, H. M. (2006). «Contested sources of authority: Re-claiming state sovereignty by formalizing traditional authority in Mozambique». *Development and Change*, 37 (4), pp. 847-869.
- Cahen, M. (1996). «O Estado, etnicidade e a transição política». In: *Moçambique: etnicidades, nacionalismo e o Estado – transição inacabada*. José Magode. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais – Instituto Superior de Relações Internacionais, pp. 18-39.
- Campos, L. M. (2015). «O lugar social e político da diversidade étnica nos processos de descentralização política em Moçambique». *Áskesis*, 4 (2), pp. 18-27.

- Canal de Moçambique (2018). «O plano por detrás da candidatura de Samora Machel Júnior e o receio de Nyusi». In: *Canal de Mocambique*. 22 de Agosto, pp. 2-3.
- Carta (2019). Ainda sobre o Comité Central, Guebuza diz que tribalismo está forte na Frelimo. *Carta de Moçambique*. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/1924-ainda-sobre-o-cc-guebuza-diz-que-tribalismo-esta-forte-na-frelimo>. Consultado a 20 de Maio de 2019.
- Chichava, S. I. (2008). «Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique». *Colecção de Discussion Papers do IESE*, n.º 1.
- Conversi, D. (2006). «Mapping the field: theories of nationalism and the ethnosymbolic approach». In: *Nationalism and Ethnosymbolism: History, Culture and Ethnicity in the Formation of Nations*. Edimburgo: Edinburgh University Press, pp. 15-30.
- Conversi, D. (2012). «Modernism and nationalism». *Journal of Political Ideologies*, 17, (1), pp. 13-34.
- Falola, T. (2001). *Nationalism and African Intellectuals*. Nova Iorque: University of Rochester Press.
- Farré, A. (2015). «Assimilados, régulos, Homens Novos, moçambicanos genuínos: a persistência da exclusão em Moçambique». *Anuário Antropológico*, (II), pp. 199-229.
- Florêncio, F. (2008). «Autoridades tradicionais vaNdau de Moçambique: o regresso do *indirect rule* ou uma espécie de *neo-indirect rule*». *Análise Social*, XLIII (2), pp. 369-391.
- Florêncio, F. (2002). «Identidade étnica e práticas políticas entre os vaNdau de Moçambique». *Cadernos de Estudos Africanos*, 3, pp. 39-63.
- Forquilha, S. (2017a). «Descentralização e conflito em Moçambique: o desafio da construção do Estado». In: *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, pp. 35-59.
- Forquilha, S. (2017b). «Porquê Moçambique precisa da descentralização? Alguns subsídios para o debate». *Boletim Ideias*, n.º 94, IESE.
- Forquilha, S.; Brito, L. de; Neeleman, W.; Chaimite, E., et al. (2018). *Barómetro da Governação Municipal 2017*.
- Forquilha, S.; Brito, L. de; Neeleman, W.; Chaimite, E., et al. (2019). *Barómetro da Governação Municipal 2018*.
- Guente, M. (2011). Aumenta tensão no MDM. In: *Canal de Mocambique*. 20 de Abril, 16.
- Guilherme, P. (2014). *Filipe Nyusi, o primeiro «homem do norte» candidato a presidente pela Frelimo*. In: *Africa Monitor Intelligence*. Disponível em: <https://www.africamonitor.net/pt/politica/filipe-nyusi-o-primeiro-homem-do-norte-candidato-a-presidente-pela-frelimo/>. Consultado a 5 de Março de 2019.
- Heywood, L. M. (1989). «Unita and Ethnic Nationalism in Angola». *The Journal of Modern African Studies*, 27 (1), pp. 47-66.

- Ichijo, A. & Uzela, G. (eds.) (2005). *When is the Nation: Towards an Understanding of Theories of Nationalism*. Londres: Routledge.
- InformAfrica (1992). «Mocambique: a ofensiva de Chissano». *InformAfrica*. Disponível em: http://www.mozambiquehistory.net/history/peace_process/92/04-06/19920500_ofensiva_de_chissano.pdf. (consultado a 25 de Maio de 2019)
- Issufo, N. (2015). «Filipe Nyusi, um anónimo na Presidência de Moçambique». *DW*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/filipe-nyusi-um-an%C3%B3nimo-na-presid%C3%Aancia-de-mo%C3%A7ambique/a-18029905>. (consultado a 28 de Janeiro de 2019).
- Jornal Notícias (2014). «Há “barulho” no MDM». *Jornal Notícias*. Disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/20367-ha-barulho-no-mdm>. Consultado a 31 de julho.
- Jornal Savana (2018). «Situação sombria no MDM». *Reflectindo sobre Moçambique*. Disponível em: <http://comunidademocambicana.blogspot.com/2018/04/situacao-sombria-no-mdm.html>. Consultado a 25 de Maio de 2019
- Kilonzo, S., Eunice, K. & Kitche, M. (2017). «Improving access to maternal health care through devolution in Western Kenya». *IDS Bulletin*, 48 (2), pp. 91-107.
- Laakso, L. & Olukoshi, A. O. (1996). «The crisis of the post-colonial nation-state project in Africa». In: *Challenges to the Nation-state in Africa*. Uppsala, Nordiska Afrikainstitutet, pp. 7-39.
- Linder, W. (2010). «On the merits of decentralization in young democracies». *Publius*. 40 (1), pp. 1-30.
- Lublin, D. (2012). «Dispersing authority or deepening divisions? Decentralization and ethnoregional party success». *The Journal of Politics*, 74 (4), pp. 1079-1093.
- Lundin, I. (1995). «Partidos políticos: a leitura da vertente étnico-regional no processo democrático». In: Brazão Mazula (org.), *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo, pp. 424-472.
- Mabongo, A. W. (2015). *Diversidade Étnica e Exclusão Social no Processo da Consolidação da Unidade Nacional: O Caso dos Vendedores e Vendedoras Informais do Mercado de Estrela Vermelha – Cidade de Maputo*. Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta.
- Macagno, L. (2009). «Fragmentos de uma imaginação nacional». *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24 (70), pp. 18-35.
- Macamo, E. & Neubert, D. (2004). «When the post-revolutionary state decentralizes: the reorganization of political structures and administration in Mozambique». *Cadernos de Estudos Africanos*, 5 (6), pp. 51-74.

- Macaringue, J. (2000). «Testemunho 2: percepção na cidade da Beira». In: *Racismo, etnicidade e poder: um estudo em cinco cidades de Moçambique*. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, pp. 137-155.
- Machicane, P. (2011). «Moçambique: secretário-geral do terceiro maior partido apresenta demissão – imprensa». *SIC Notícias*. Consultado a 16 de Abril de 2019. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/Lusa/2011-04-16-mocambique-secretario-geral-do-terceiro-maior-partido-apresenta-demissao---imprensa>. (consultado a 16 de Abril de 2019)
- Machohe, A. P. J. (2011). *Limits to Decentralization in Mozambique: Leadership, Politics and Local Government Capacities for Service Delivery*. Doutoramento. Roterdão: International Institute of Social Studies of Erasmus University.
- Mafeje, A. (1971). «The ideology of “tribalism”». *The Journal of Modern African Studies*, 9 (2), pp. 253-261.
- Magarreiro, V. (2011). «Moçambique: líder do MDM aceita demissão do secretário-geral, mas partido exige também saída do Parlamento». *SIC Notícias*. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/Lusa/2011-04-20-mocambique-lider-do-mdm-aceita-demissao-do-secretario-geral-mas-partido-exige-tambem-saida-do-parlamento>. Consultado a 20 de Abril de 2019.
- Marcum, J. A. (2017). *Conceiving Mozambique*. Oakland: Springer.
- Maschietto, R. H. (2016). «Decentralisation and local governance in Mozambique: the challenges of promoting bottom-up dynamics from the top down». *Conflict, Security & Development*, 16 (2), pp. 103-123.
- Mbembe, A. (2002). «African modes of self-writing». *Public Culture*, 14 (1), pp. 239-273.
- Menezes Paredes, M. de (2014). «A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa». *Anos 90*, 21 (40), pp. 131-161.
- Miguel, L. F. (2000). «Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação». *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15 (44), pp. 91-102.
- Miodownik, D. & Cartrite, B. (2010). «Does political decentralization exacerbate or ameliorate ethnopoltical mobilization? A test of contesting propositions». *Political Research Quarterly*, 63 (4), pp. 730-746.
- Mitu, S. (2005). «Perennialism, modernism, ethnosymbolism: ideological conflict or changes in the scientific paradigm?» *Studia Universitatis Babeş Bolyai Historia*, (1), pp. 2-11.
- Mosse, M. (2018). «Situação sombria no MDM». In: *Portal Moz News*. Disponível em: <https://portalmoznews.com/2018/07/situacao-sombria-no-mdm.html>. Consultado a 18 de Julho de 2019.
- Ncomo, B. L. (2003). *Uria Simango: Um Homem, Uma Causa*. Maputo: Edições Novafrica.

- Nguiraze, A. C. & Aires, J. D. M. (2011). «Moçambique: processos de participação das comunidades rurais no desenvolvimento local». *Boletim Ideias*, pp. 30-65.
- Oberschall, A. (2000). «The manipulation of ethnicity: from ethnic cooperation to violence and war in Yugoslavia». *Ethnic and Racial Studies*, 23 (6), pp. 982-1001.
- Opello Jr., W. C. (1975). «Pluralism and elite conflict in an independence movement: FRELIMO in the 1960s». *Journal of Southern African Studies*, 2 (1), pp. 66-82.
- Posse, L. D. P. (2015). *A ideia de nação nos discursos políticos do Presidente da República de Moçambique Armando Emílio Guebuza (2005-2009 e 2010-2014)*. Mestrado. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Centro de Estudos Africanos.
- Saide, M. A. O. & Stewart, D.E. (2001). «Decentralization and human resource management in the health sector: a case study (1996-1998) from Nampula province, Mozambique». *The International Journal of Health Planning and Management*, 16 (2), pp. 155-168.
- Thomaz, O. R. (2006). «“Raça”, nação e status: histórias de guerra e “relações raciais” em Moçambique». *Revista USP*, (68), pp. 252-268.
- Welsh, D. (1996). «Ethnicity in Sub-Saharan Africa». *Ethnicity and International Relations*, 72 (3), pp. 477-491.
- West, H. G. & Kloeck-Jenson, S. (1999). «Betwixt and between: ‘Traditional authority’ and democratic decentralization in post-war Mozambique». *African Affairs*, 98 (393), pp. 455-484.
- Young, M. Crawford (1986). «Nationalism, ethnicity, and class in Africa: A retrospective (Nationalisme, ethnicité et classe en Afrique: une rétrospective)». *Cahiers d’Études Africaines*, 26 (103), pp. 421-495.